

AGUAS DO PARÁ

A Águas do Pará B SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Bragança, Estado do Pará. A Companhia tem por objeto social a prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 50 municípios do estado do Pará, correspondentes à área do Bloco B, nos termos do Edital da Concorrência Pública internacional nº 02/2024, Processo nº 2024/2525947, promovido pelo Governo do Estado do Pará.

Destaques Financeiros e Operacionais

Como a Companhia foi constituída e iniciou suas operações em 2025, não há resultados ou dados referentes ao exercício de 2024 para apresentação, inexistindo, portanto, base de comparação para esse período. Dessa forma, são apresentados a seguir os principais resultados e comentários referentes a dezembro de 2025, quando foram iniciadas as operações.

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Destaques Financeiros e Operacionais	2025
Economias Ativas ('000)	44
Água	44
Esgoto	—
Volume Faturado ('000 m³)	291
Água	291
Esgoto	—
Receita operacional líquida¹	2.501
Receita de água	2.764
Receita de esgoto	—
Deduções da receita	(263)
Custos e despesas operacionais²	(9.147)
Pessoal	(1.962)
Serviços de terceiros	(3.341)
Conservação e manutenção	(119)
Materiais, equipamentos e veículos	(409)

Relatório da Administração	
	2025
Custo de concessão	—
Energia Elétrica	(749)
Produtos químicos	(108)
PECLD	(421)
Provisão para contingências	—
Outros	(2.038)
Margem de Construção	171
EBITDA³	(6.475)
Lucro Líquido	7.078
Investimentos	103.184
Capex	6.968
Outorga	96.216
Dívida (Caixa) Líquido	(83.967)
(+) Dívida Bruta	276.620
(-) Caixa e Disponibilidades	(360.587)
Dívida Líquida/EBITDA	12,63x
¹ Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras/Informações Trimestrais deduzida a receita de construção do ativo intangível, ² Valores não contemplam o custo de construção do ativo intangível e a amortização e depreciação. ³ EBITDA Considera margem de construção.	
Em 31 cidades as operações foram iniciadas em dezembro/2025, ou seja, dois meses antes do originalmente previsto, beneficiando mais de 621 mil pessoas. A Receita Líquida totalizou R\$ 2,5 milhões. Os custos e despesas de R\$ 9,1 milhões correspondem, principalmente, à mobilização das operações. O Lucro Líquido de R\$ 7,1 milhões é devido à receita financeira sobre as aplicações. A Companhia realizou a sua 1ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 274,7 milhões, com vencimento em novembro de 2027. Os recursos captados foram destinados ao pagamento da 1ª parcela da outorga e à parte dos investimentos iniciais na concessão.	

Reconciliação do EBITDA	
EBITDA ('000)	2025
Lucro Líquido	7.078
(+) Resultado Financeiro	(13.184)
(+) Imposto sobre Lucro	(2.046)
(+) Depreciação e Amortização	2.037
EBITDA CVM 156	(6.475)
Indicadores de Equidade e de Diversidade - Lei Federal nº 6.404/1976, conforme alterações incluídas pela Lei Federal nº 15.177/2025: Em 31 de dezembro de 2025, as mulheres representavam 8,1% do total de empregados, 24,2% dos cargos de liderança e 100% da administração (diretoria estatutária e conselho de administração). A diferença média de remuneração total entre mulheres e homens, calculada como a razão entre o salário base médio de mulheres e o salário base médio de homens, foi de 1,65 em 2025. Tendo em vista que a Companhia foi constituída e iniciou suas operações em 2025, não há informações comparáveis para períodos anteriores. A Aegea e suas controladas e coligadas mantêm compromisso com a promoção da diversidade, equidade e inclusão. A Aegea desenvolve iniciativas para ampliar a representatividade e fortalecer equipes diversas, incluindo metas para aumentar a participação feminina em posições de liderança. Esse compromisso também está refletido em metas públicas associadas à emissão de Sustainability-Linked Bonds (SLB) da Aegea, entre elas elevar a participação de mulheres em cargos de liderança de 32% para 45% até 2030, além de ampliar a representatividade racial na liderança. Essas medidas fazem parte da estratégia da Companhia, que busca refletir, em seu quadro de colaboradores, a diversidade da população dos locais em que atua, contribuindo para o fortalecimento de sua licença social para operar.	

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Caixa e equivalentes de caixa	4	193	Fornecedores e empreiteiros	11	7.385
Aplicações financeiras	5	360.394	Debêntures	12	4.376
Contas a receber de clientes	6	2.185	Obrigações trabalhistas e sociais		955
Estoques		904	Obrigações fiscais		750
Tributos a recuperar		1.748	Dividendos a pagar	8	1.681
Outros créditos	7	427	Outras contas a pagar	14	29.454
Total do ativo circulante		365.851	Total do passivo circulante		44.601
Ativo fiscal diferido	20.b	2.406	Debêntures	12	272.244
Outros créditos	7	205.168	Outras contas a pagar	14	24.518
Total do realizável a longo prazo		207.574	Total do passivo não circulante		296.762
Imobilizado		3.121	Total do passivo		341.363
Ativo de contrato da concessão	9	8.705	Patrimônio líquido	15	
Intangível	10	141.559	Capital social		466.594
Total do ativo não circulante		360.959	Ajuste de avaliação patrimonial		(86.544)
Total do ativo		726.810	Reservas de lucros		5.397
			Total do patrimônio líquido		385.447
			Total do passivo e patrimônio líquido		726.810

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)						
Reservas de lucros						
	Nota	Capital social subscrito	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados
Saldos em 19 de maio de 2025		1	—	—	—	—
Aumento de capital social	15 a.	466.593	(86.544)	—	—	380.049
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	7.078
Destinação:						
Reserva legal	15 b.	—	—	354	—	(354)
Dividendos mínimos obrigatórios	15 c.	—	—	—	—	(1.681)
Lucros retidos	15 d.	—	—	—	5.043	(5.043)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		466.594	(86.544)	354	5.043	385.447

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras		Demonstração do valor adicionado	
Período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)		Período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)	
1. Contexto operacional: A Águas do Pará B SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 15 de janeiro de 2026, localizada no município de Belém, Estado do Pará, constituída em 19 de maio de 2025 e tem por objeto social, na qualidade de Sociedade de Propósito Específico a prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos termos do respectivo contrato de concessão, com prazo de 40 anos, bem como de atividades acessórias ou associadas, obedecida a legislação vigente e as disposições do Edital da Concorrência Pública Internacional nº 02/2024, Processo nº 2024/2525947, promovido pelo Governo do Estado do Pará. O contrato de concessão foi assinado em 11 de julho de 2025, estabelecendo prazo de 40 anos para a concessão. Após a assinatura teve início a operação assistida do sistema pelo período de 270 dias e a operação plena está prevista para início em 07 de abril de 2026. Segmento Operacional: A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. 2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 16 de abril de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025 não há informações sobre julgamentos, estimativas e premissas realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. 3. Políticas contábeis materiais: A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo na elaboração destas demonstrações financeiras. a) Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor exercício entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos		Receitas	
		2025	
		11.041	
		2.757	
		8.705	
		(421)	
		(12.245)	
		(8.534)	
		(2.625)	
		(1.086)	
		(1.204)	
		(2.036)	
		(3.240)	
		21.848	
		21.848	
		18.608	
		18.608	
		1.740	
		1.306	
		362	
		72	
		(1.302)	
		(1.310)	
		1	
		7	
		11.092	
		10.513	
		579	
		7.078	
		1.681	
		5.397	

como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. b) **Ativos intangíveis:** A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "d". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor. c) **Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) *Ativos financeiros não derivativos*. *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). A Companhia determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada exercício dentro da sua ca-

Demonstração do resultado		
Período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2025
Receita operacional líquida	16	11.207
Custos dos serviços prestados	17	(14.572)
Lucro bruto		(3.365)
Despesas administrativas e gerais	17	(5.147)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(8.512)
Receitas financeiras	18	25.309
Despesas financeiras	18	(12.125)
Resultado financeiro		13.184
Resultado antes dos tributos		4.672
Imposto de renda e contribuição social diferido	19 b.	2.406
Lucro líquido do exercício		7.078
Resultado por ação		
Lucro por ação - Básico (em R\$)	22	0,02
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	22	0,02

Demonstração do resultado abrangente		
Período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)		
		2025
Lucro líquido do exercício		7.078
Outros resultados abrangentes		—
Resultado abrangente total		7.078

Demonstração do fluxo de caixa		
Período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos		4.672
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	17	2.037
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	6 e 17	421
Baixa de títulos do contas a receber		(3)
Margem de construção ativo intangível	9 (i)	(171)
Rendimentos de aplicações financeiras	18	(13.552)
Encargos sobre debêntures	13 e 18	7.030
Juros de arrendamentos	14 (i) e 18	126
Amortização do custo de captação	13 e 18	907
Realização do ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	18	(8.296)
Atualização monetária sobre capital social	18	(3.457)
		(10.286)

Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos	
Contas a receber de clientes	(2.604)
Estoques	(904)
Tributos a recuperar	(46)
Outros créditos	(427)
Aumento/(Diminuição) dos passivos	
Fornecedores e empreiteiros	5.819
Obrigações trabalhistas e sociais	955
Obrigações fiscais	749
Outras contas a pagar	3.487
Juros pagos sobre arrendamentos	14 (i)
	(126)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.383)
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aplicações financeiras, líquidas	(348.883)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	338
Aquisição de ativo de contrato da concessão	9
Aquisição de Intangível	10 (i)
	(96.216)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(451.729)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Debêntures captadas	13
Custo na captação de debêntures	13
Aumento de capital social	15
Pagamentos de arrendamentos	14 (i)
	(14)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	455.305
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	193
Caixa e equivalentes de caixa em 19 de maio	4
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	193

tegoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. **Contas a receber de clientes:** Para o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber, são consideradas premissas, as quais são as principais fontes de incerteza da estimativa. A companhia foi constituída recentemente e não possui histórico de inadimplência, sendo assim, a estimativa de perdas de créditos esperadas foi mensurada tomando por base o comportamento regional de unidades já pertencentes ao grupo econômico ao qual a Companhia está inserida e que possuem características populacionais semelhantes, bem como foi feita uma análise de dados observáveis relativos a outra empresa da mesma região. (ii) **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são **continua** ➔

AGUAS DO PARÁ

★ continuação

agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refilita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. d) **Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** A Companhia aplica a prática contábil de ativo o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente. Nos termos dos contratos de subconcessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. e) **Capitalização dos custos das debêntures:** Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. Conforme o ICPC 01/IFRIC 12, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. f) **Benefícios a empregados:** (i) **Benefício de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. g) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. h) **Receita de contrato com cliente:** A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir: (i) **Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água. (ii) **Outros serviços indiretos de água e esgoto:** A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento. (iii) **Receita a faturar de serviços de água e esgoto:** As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na média de consumo dos clientes, aplicando a proporção correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e sendo contabilizadas na conta de receitas a faturar. (iv) **Receitas de construção ativo intangível:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de subconcessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. i) **Ajustes a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, estão ajustados pelo seu valor presente, conforme CPC 12. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Estão ajustados pelo seu valor presente as rubricas: renegociações de contas a receber conforme nota explicativa nº 6, e arrendamentos conforme nota explicativa nº 14. j) **Tributos:** (i) **Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período. **Tributo diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Exposições fiscais:** Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação ao período fiscal em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. (ii) **Tributos sobre prestações de serviços:** O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia. O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente. k) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumen-

to patrimonial de outra entidade. (iii) **Reconhecimento e mensuração inicial:** **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (iv) **Mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Passivos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. (v) **Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrasso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que refilita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (vi) **Compensação:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. (i) **Hierarquia do valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. (ii) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e realização do ajuste a valor presente sobre ativos financeiros. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre debêntures, despesas e comissões bancárias, amortização do custo de captação, juros de arrendamentos e impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS). i) **Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. m) **Resultado por ação básico e diluído:** O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. n) **Demonstrações de valor adicional:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte integrante das demonstrações financeiras. o) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Uma série de novas normas contábeis será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou essas normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. Dentre as normas emitidas, aquela com potencial aplicabilidade ao Grupo é a descrita a seguir: • IFRS 18 (Equivalente ao CPC 51) - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, e se aplica a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A norma introduz novos requerimentos relacionados à apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, incluindo: • Exigência de nova classificação de receitas e despesas em categorias específicas na demonstração do resultado, incluindo a apresentação de novo subtotal de lucro operacional. • Obrigatoriedade de divulgação das Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs) em nota explicativa específica. • Orientações aprimoradas sobre a agregação e desagregação de informações nas demonstrações financeiras. • Necessidade de utilizar o lucro

operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto. A Companhia encontra-se em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção da IFRS 18, em especial no que se refere à estrutura e apresentação da demonstração do resultado. Paralelamente, também estão sendo analisados eventuais efeitos relacionados à forma de agrupamento e detalhamento das informações apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2025
Caixa	20
Bancos conta movimento	173
Total	193

5. Aplicações financeiras:	2025
Modalidade	360.391
Fundo de Investimento Safira	3
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	360.394
Total	360.394

A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 101,16% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2025. As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento Renda Fixa de Crédito Privado, gerido pelo BTG Pactual Serviços Financeiros, é organizado sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. As cotas não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de liquidez da Companhia e observadas as condições estabelecidas no regulamento do fundo. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), operações compromissadas, letras financeiras, títulos públicos e de outros fundos, que aplicam preponderantemente em operações compromissadas, títulos públicos e ativos de renda fixa (CDB, LF) de emissão dos maiores bancos brasileiros, conforme previsto em sua política de investimentos. A exposição da Companhia a riscos de crédito, riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

6. Contas a receber de clientes:	2025
Serviços de água e esgoto	1.465
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	1.141
(-) Perdas de crédito esperadas	(421)
Total	2.185

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto faturados em 31 de dezembro de 2025 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Até 30 dias	Total	Saldo em 2025
Residencial	500	825	825		1.325
Comercial	32	79	79		111
Industrial	3	1	1		4
Sector público	21	4	4		25
Subtotal consumidores	556	909	909		1.465

As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2025:

	Resultado	Adições	Saldo em 2025
Natureza			
Perdas de crédito esperadas (i)	(421)		(421)
Total	(421)		(421)

(i) O grupo compreende as categorias público e privado.

7. Outros créditos:	2025
Outros créditos	427
Crédito com acionista (i)	205.168
Total	205.595

Circulante 427

Não circulante 205.168

(i) Saldo a receber de acionistas referente ao compromisso assumido pelo acionista de entregar caixa no montante de R\$ 205.168 em 31 de dezembro de 2025 líquido do ajuste a valor presente de (R\$ 78.246) com a taxa de desconto real de 8,69% a.a. atrelado ao aumento de capital considerando os prazos para realização dos aportes até junho de 2032 conforme Contrato de Concessão firmado com o Estado do Pará, sendo esta condição irrevogável e irretirável. **8. Transações com partes relacionadas:** **Remuneração de pessoal chave da administração:** As remunerações fixas e variáveis das pessoas-chave estão registradas no resultado do período e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2025, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 263. **Controladora:** A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detém 100% das ações que representam o seu capital social. **Outras transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como as transações que influenciaram o resultado do período em 31 de dezembro de 2025, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes. As operações efetuadas durante os períodos são demonstradas no quadro a seguir:

2025	
Outros créditos	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (nota explicativa nº 7)	205.167
Total Ativo	205.167

Passivo circulante	
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	2.084
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	46
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	21
Total	2.151

Dividendos a pagar	
Aegea Saneamento e Participações S.A.	1.681
Total Passivo	3.832

Resultado do período	
Custos e despesas	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(2.594)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(92)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(24)
Total	(2.710)

Custo de construção	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(1.545)
Receitas financeiras	
Itaú Unibanco S.A. (c)	1.278
Total resultado do período	(2.977)

(a) Refere-se aos serviços administrativos prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados, que abrangem as áreas de contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação. Adicionalmente, inclui-se a prestação de serviços relacionados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário, registrados na rubrica de ativo de contrato. (b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (c) Refere-se aos rendimentos de aplicações financeiras.

9. Ativo de contrato da concessão:	2025
Ativo de contrato da concessão	8.705
Total	2025

	Adições (i)	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	8.705	-	8.705

(i) No período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 foi reconhecido a margem de construção no valor de R\$ 171. **10. Intangível:** Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos:	2025	
Vida útil (em anos)	(-) Custos Amortização Líquido	
Ativo		
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga/Contrato de concessão	40 143.205 (1.646) 141.559	
Total	143.205 (1.646) 141.559	
b) Movimentação do custo:	2025	
Ativo	Adições	Custo
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga / Contrato de concessão	143.205 (i)	143.205
Total	143.205	143.205

(i) Em 31 de dezembro de 2025 foi pago o montante de R\$ 96.216 referentes a parte da outorga prevista no contrato de concessão. A Companhia não identificou qualquer

continua★

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

indicativo que justificasse a necessidade de reavaliar a vida útil dos bens em 31 de dezembro de 2025. **11. Fornecedores e empreiteiros:**

Fornecedores de materiais e serviços	2025
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	5.234
Total	2.151
A exposição da Companhia a riscos de liquidez é divulgada na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.	7.385
12. Debêntures:	

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor Contratado	Valor Desembolsado/ Captado	2025
Debêntures	CDI + 2,85%	Novembro/2027	274.651	274.651	276.620
Total					276.620
Circulante					4.376
Não circulante					272.244

Cronograma de amortização da dívida
As parcelas classificadas no passivo não circulante no período findo em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - Debêntures	2025
2027	274.651
Total	274.651
Custo de captação (não circulante)	(2.407)
Total	272.244

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2025 totaliza o montante de R\$ 5.061. Em 25 de junho de 2025 e 15 de dezembro de 2025, a Companhia, realizou a captação da 1ª e 2ª séries no montante de R\$ 59.189 e R\$ 215.462, respectivamente, referente à 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia de Alienação Fiduciária de 100% das Ações e Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios, para distribuição pública, sob rito de registro automático, no montante total de R\$ 274.651, com vencimento em novembro de 2027, remuneradas pelo CDI acrescido de taxa de juros de 2,85% a.a., pagos anualmente. A Companhia realiza o acompanhamento das obrigações contratuais e de todas as demais cláusulas restritivas referentes aos seus contratos de financiamento e debêntures, as quais estão sendo cumpridas integralmente. Considerando o desempenho da Companhia previsto para os próximos trimestres, bem como o desenrolar dos cenários macro econômicos e geopolíticos, não há, neste momento, expectativa da administração de qualquer descumprimento de referidas obrigações e demais cláusulas contratuais.

13. Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento:	Debên- tures	Arrenda- mentos	Capital social	Total
Movimentação				
Saldos em 19 de maio de 2025	-	-	1	1
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	274.651	-	-	274.651
(-) Pagamentos do principal	-	(14)	-	(14)
(-) Custo de emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.968)	-	-	(5.968)
Aumento de capital social	-	-	186.636	186.636

Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	268.683	(14)	186.636	455.305
Outras variações				
Novos arrendamentos	-	3.540	-	3.540
(-) Juros pagos	-	(126)	-	(126)
Provisão de encargos	7.030	126	-	7.156
Amortização de custo de captação	907	-	-	907
Crédito com acionista	-	-	279.957	279.957

Total das outras variações relacionadas com passivos	7.937	3.540	279.957	291.434
Saldos em 31 de dezembro de 2025	276.620	3.526	466.594	746.740
14. Outras contas a pagar:	2025			
Direito de outorga a pagar (i)	50.446			
Arrendamentos (ii)	3.526			
Total	53.972			
Circulante	29.454			
Não circulante	24.518			

(i) O montante a pagar em 31 de dezembro de 2025 é devido ao Estado do Pará que será pago em duas parcelas até 2029 sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. O montante está líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 5.924 calculados com base na taxa de 8,02%. (ii) A Companhia possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, imóveis e placas de energia. Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:

Saldo inicial	2025
Adições	3.540
Acréscimo de juros	126
(-) Pagamentos de principal	(14)
(-) Pagamentos de juros	(126)
Saldo final	3.526
Circulante	1.322
Não circulante	2.204

O cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2025 foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 10,58% a.a. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos semelhantes. **Cronograma:** As parcelas classificadas no passivo não circulante no período findo em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimento:

2027	2025
2028	936
2029 em diante	925
Total	343
15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 19 de maio de 2025, foi aprovado a constituição da Companhia mediante subscrição e integralização de 1.000 ações ordinárias no montante de R\$ 1, todas nominativas e sem valor nominal e em posse da única acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. Em 13 de junho de 2025, a única acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. aumentou o capital social da Companhia em R\$ 185.838 mediante emissão de 185.837,926 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 30 de junho de 2025, a única acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. subscreveu o montante de R\$ 280.754 mediante emissão de 280.753,646 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Desse total, R\$ 798 foram integralizados pela acionista na mesma data, enquanto o valor remanescente de R\$ 279.956 permanece a integralizar conforme o boletim de subscrição. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 466.593, representado por 466.592.572 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse montante, R\$ 279.957 referem-se à obrigação do acionista de integralizar recursos em caixa, registrada como parte do capital subscrito ainda não integralizado. Em 31 de dezembro de 2025, o acionista e o respectivo percentual de participação estão assim apresentados:	2025

Participação	100,00%
b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. c) Dividendos: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do período, após a constituição da reserva legal e reserva de subvenção para investimento. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025 foi atendido conforme o quadro abaixo:	2025
Lucro líquido do período	7.078
(-) Constituição da reserva legal	(354)
Lucro líquido ajustado	6.724
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	1.681
Dividendos destinados no período	
Dividendos destinados do resultado do período	1.681
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia destinou o montante de R\$ 1.681, a título de dividendos mínimos obrigatórios. d) Reserva de retenção de lucros: A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs	

retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

16. Receita operacional líquida:	2025
Receita de prestação de serviços	
Serviços de abastecimento de água	2.761
Outros serviços indíretos de água	3
Receitas de construção ativo intangível	8.706
Total receita bruta	11.470

Deduções da receita bruta	
(-) Cancelamentos e abatimentos	(8)
(-) Tributos sobre serviços	(255)
Total da receita operacional líquida	11.207

17. Custos e despesas por natureza:	2025
Pessoal	(1.962)
Conservação e manutenção	(119)
Serviços de terceiros	(3.341)
Materiais, equipamentos e veículos	(409)
Amortização e depreciação	(2.037)
Custos de construção ativo intangível	(8.535)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	(421)
Energia elétrica	(749)
Locação	(579)
Produtos químicos	(108)
Outros	(1.459)
Total	(19.719)

Custos dos serviços prestados	(14.572)
Despesas administrativas e gerais	(5.147)
18. Resultado financeiro:	2025

Receitas	
Rendimentos de aplicações financeiras	13.552
Juros e multa recebidos ou auferidos	4
Atualização monetária do capital social	3.457
Realização do ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	8.296
Receitas financeiras	25.309

Despesas	
Encargos sobre debêntures (nota explicativa nº 13)	(7.030)
Amortização do custo de captação (nota explicativa nº 13)	(907)
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)	(630)
Juros de arrendamentos (nota explicativa nº 14)	(126)
Ajuste a valor presente de outorga	(3.358)
Outras despesas financeiras	(74)
Despesas financeiras	(12.125)
Resultado financeiro	13.184

19. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL): a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, no período findo de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025, está apresentada como segue:	2025
Resultado antes dos tributos	4.672
Alíquota fiscal	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(1.588)
Despesas indedutíveis	(3)
Atualização monetária do capital social	1.175
Realização de AVP sobre aporte	2.822

Despesas	
Encargos sobre debêntures (nota explicativa nº 13)	(7.030)
Amortização do custo de captação (nota explicativa nº 13)	(907)
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)	(630)
Juros de arrendamentos (nota explicativa nº 14)	(126)
Ajuste a valor presente de outorga	(3.358)
Outras despesas financeiras	(74)
Despesas financeiras	(12.125)
Resultado financeiro	13.184

20. Instrumentos financeiros: Visão Geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 421 representando aproximadamente 28,61% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detenham *rating* igual ou superior a AA. O *rating* são aqueles publicados pelas agências: *Fitch*, *Standard&Poor's* e *Moody's*, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	2025
Bancos conta movimento	4	173
Aplicações financeiras	5	360.394
Contas a receber de clientes	6	2.185
Crédito com acionista	7	205.168
		567.920

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

devidamente considerada em suas análises e obrigações. *Risco de crédito*. *Risco de crédito* é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de um contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 421 representando aproximadamente 28,61% d

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros. A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures e outras contas a pagar. Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

Instrumentos de taxa variável	2025
Ativos financeiros	
Aplicações financeiras	360.394
Crédito com acionista	205.168
	565.562

Instrumentos de taxa variável	
Passivos financeiros	
Debêntures	276.620
Direito de outorga a pagar	50.446
	327.066

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

		Cenários					
			I	II	III	IV	V
Exposição Patrimonial	Expo- sição Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2025	Prová- vel	25%	50%	-25%	-50%
1- Ativos financeiros							
Crédito com acionista	Varia- ção do IPCA	4,26%	8.740	10.925	13.110	6.555	4.370
Aplicações financeiras	Varia- ção do CDI	14,90%	53.699	67.124	80.549	40.274	26.850

2- Passivos financeiros								
Debên- tures	(281.681)	Varia- ção do CDI	14,90%	(41.970)	(52.463)	(62.955)	(31.478)	(20.985)
Direito de outorga a pagar	(50.446)	Varia- ção do IPCA	4,26%	(2.149)	(2.686)	(3.224)	(1.612)	(1.075)
				<u>18.320</u>	<u>22.900</u>	<u>27.480</u>	<u>13.739</u>	<u>9.160</u>

Gerenciamento do capital: A Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários - CDB de liquidez imediata. **Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros:** No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

Ativo	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	193	193
Aplicações financeiras (i)	5	Custo amortizado	Nível 2	360.394	360.394
Contas a receber de clientes (i)	6	Custo amortizado	-	2.185	2.185
Crédito com acionista (i)	7	Custo amortizado	-	205.168	205.168
Total Passivo				567.940	567.940
Fornecedores e empreiteiros (i)	11	Custo amortizado	-	7.385	7.385
Debêntures (ii)	12	Valor justo	Nível 2	276.620	298.760
Dividendos a pagar (i)	8	Custo amortizado	-	1.681	1.681
Direito de outorga a pagar (i)	14	Custo amortizado	-	50.446	50.446
Total				336.132	358.272

(i) Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações. (ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). **21. Resultado por ação:**

Resultado básico e diluído por ação	2025
Lucro líquido da Companhia	7.078
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	394.180
Resultado básico e diluído por ação - R\$	0,02
A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.	

22. Transação que não que não afetaram caixa	
Em 31 de dezembro de 2025, as transações de investimentos e financiamentos que não afetaram caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, estão apresentadas abaixo:	
	2025
Adições de ativo de direito de uso e passivo arrendamento	1.566
Aquisições de ativo de direito de uso	3.512

23. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Companhia possui compromisso mensal de pagamento da taxa de Regulação, Fiscalização e Controle que terá valor correspondente a 1,5% sobre o Benefício Econômico Anual do serviço regulado, e será recolhida até o 10º dia útil de cada ano, a partir do início da operação plena. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) Abastecimento de água: alcançar 58,5% de cobertura dos serviços até o final do 1º ano da concessão (início de 2027) e atingir 99% de cobertura até o final do 8º ano da concessão (início de 2034); (ii) Coleta de esgoto: alcançar 6,5% de cobertura até o final do 1º ano da concessão (início de 2027) e atingir 90% de cobertura até o final do 8º ano da concessão (início de 2034), mantendo este índice até o término da concessão; (iii) Redução de perdas: reduzir as perdas para 41,6% até o final do 1º ano da concessão (início de 2027); 36,4% até o final do 2º ano da concessão; e 25% até o final do 9º ano da concessão, mantendo a meta até o término da concessão. **24. Aspectos ambientais:** A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. **25. Eventos Subsequentes:** Em 07 de janeiro de 2026, a Companhia pagou a 2ª parcela da outorga fixa ao poder concedente, no valor de R\$ 28.185, correspondente a 20% do valor total de R\$ 140.927.

continua★

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Águas do Pará B SPE S.A.** - Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Pará B SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de 19 de maio de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas do Pará B SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 19 de maio de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto.** Veja as Notas 3(h) e 16 das demonstrações financeiras. Principal assunto de auditoria: A Companhia fornece e reconhece receita sobre serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia possui um alto volume de clientes e a correta identificação e manutenção de cadastro desses clientes se torna complexa para garantir a identificação dos clientes e determinação da existência de um contrato entre as partes, bem como, ações de cobrança que garantam o recebimento da contraprestação pela prestação de serviços. Adicionalmente, a mensuração da receitas não faturada, mas que representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, envolve julgamento relevante. Dada a complexidade na determinação da existência de contratos válidos entre as partes em função do volume de clientes, e consequentemente a incerteza sobre o recebimento da contraprestação sobre a prestação de serviços, consideramos esse assunto como um Principal Assunto de Auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - O entendimento dos processos e controles internos estabelecidos para identificação de clientes e consequentemente a existência de um contrato de prestação de serviço válido entre as partes; - Com base em amostra, inspecionamos as faturas emitidas à clientes e comprovantes de recebimento; - Avaliamos a estimativa relacionada ao registro da receita incorrida mas não faturada; - Testes de corte (*cut-off*), incluindo análise de transações registradas próximas ao encerramento do exercício; e - Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento de receita sobre prestação de serviço referente ao fornecimento de água e tratamento de esgoto. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes no reconhecimento de receita de prestação de serviço de água e esgoto os quais

foram registrados pela Administração. Nossos testes revelaram deficiências no desenho dos controles relacionados a identificação de clientes. Em função disso, houve a necessidade de extensão dos nossos procedimentos substantivos para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto aos valores de receita de prestação de serviços. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os critérios adotados pela Companhia para o reconhecimento da receita de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto, bem como as premissas utilizadas na determinação do reconhecimento de receita incorrida mas não faturada, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma

garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 16 de abril de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Rafael Santos Pereira
Contador CRC 1SP255172/O-5

AGUAS PARA B 23-04 dig pdf

Código do documento 609def78-8c9b-4b61-9a48-760423ed1395



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

23 Apr 2026, 08:46:01

Documento 609def78-8c9b-4b61-9a48-760423ed1395 **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-23T08:46:01-03:00

23 Apr 2026, 08:46:35

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-23T08:46:35-03:00

23 Apr 2026, 08:46:43

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 187.255.194.75 (bbffc24b.virtua.com.br porta: 37134) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2026-04-23T08:46:43-03:00

Hash do documento original

(SHA256): 1fb71d480961e638430d4333519a9ad9690680eb5d02b6864abb6bd7691bbf9b

(SHA512): 8611ab472dace78b6612f63552a3d257611257df9b207e11f78ff14fb0407f0b1370f60d988dff64717a5e9137d8f24739566f983066a8d0f93da81fd1e94ef4

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.